

RODRIGUES; João Vitor Monteiro¹, PIMENTEL; Débora Mesquita²

RESUMO

Código do Projeto: PVCS2992-2022 Para combater a inflação dentro da institucionalidade vigente do RMI, o principal instrumento disponível ao Banco Central (BC) é a determinação da taxa básica de juros (Selic). Assim, as elevações da taxa básica conteriam um suposto excesso de demanda agregada, afetando a inflação através dos canais de taxa de juros de mercado, de crédito, das expectativas, do câmbio e de preço de ativos. O objetivo geral da pesquisa, na qual esse trabalho se insere, é contribuir para o aprofundamento do conhecimento da Política Monetária e seus efeitos sobre a dinâmica inflacionária e sobre a atividade econômica no Regime de Metas de Inflação (1999- ...). Tem-se posto que com o início da pandemia de COVID-19, a Política Monetária do BC já era de redução na taxa Selic, visto que os anos de 2017 e 2018 apresentaram baixa inflação (2,94% e 3,75%). Durante o ano de 2020, sob os efeitos da Pandemia, essas reduções da Selic continuaram atingindo o piso recorde de 2% a.a. em setembro. Com a aceleração inflacionária observada no segundo semestre, essa política reverteu-se com elevações da Selic até o patamar atual de 13,75% a.a.

Recorrendo à literatura de MINSKY (1982, 1986) sobre a fragilidade financeira, este trabalho tem como objetivo específico avaliar o impacto das variações da Selic sobre as taxas de juros e as concessões de crédito dos bancos comerciais às pessoas físicas e jurídicas por modalidades de crédito. Será analisado os dados do balanço dos 5 maiores bancos comerciais brasileiros: BB, Caixa, Bradesco, Itaú e Santander, disponibilizados pelo Banco Central do Brasil na plataforma IF.DATA e a dos dados de juros por modalidade das Estatísticas Monetária e de Crédito, no período de dez/2017 a dez/2022. A pandemia de COVID-19 acentuou o quadro de deterioração da conjuntura econômica brasileira. Nesse contexto, observou-se a elevação do endividamento das famílias e do comprometimento da sua renda com o pagamento de dívidas. Na falta de vetores de crescimento econômico, mesmo com a recuperação dos empregos e aumento das ocupações, a renda real média do trabalhador brasileiro continuou em declínio corroída pela inflação que se acelerou no período. Nesse cenário, observou-se a expansão do crédito à pessoa física pelos bancos comerciais puxada, fundamentalmente, pelo crédito oferecido pelos bancos privados, em especial nas modalidades de crédito sem consignação e em cartão de crédito. Conclui-se que, frente a uma política monetária mais restritiva com a elevação da Selic, será cada vez mais provável que os bancos introduzam restrições à oferta de crédito, desestimulando o consumo, a produção e o emprego, além de prejudicar as famílias que dependem do crédito para manter seu padrão de vida. Acrescenta-se ainda que com a elevação das taxas de juros poderá ocasionar um efeito perverso, elevando o custo do crédito para as empresas, podendo ser repassado aos preços dos bens e serviços, contribuindo para a elevação da inflação.

PALAVRAS-CHAVE: crédito, selic, juros, bancos, pandemia

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), dmonteiro@ufrrj.br

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), pimentel.deboram@gmail.com